REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

INSEGURANÇA ALIMENTAR E GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE PERMANÊNCIA PARA MULHERES NA UNIVERSIDADE

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y GÉNERO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: LA IMPORTANCIA DE LAS POLÍTICAS SOCIALES DE PERMANENCIA PARA LAS MUJERES EN LA UNIVERSIDAD

FOOD INSECURITY AND GENDER IN HIGHER EDUCATION: THE IMPORTANCE OF SOCIAL POLICIES FOR WOMEN MAINTENANCE IN THE UNIVERSITY

Voss, N. B.
Universidade Estadual de Ponta Grossa
natalia.voss1@gmail.com

Koehler Alves, F.
Universidade Estadual de Ponta Grossa
francielealves@utfpr.edu.br

Mainardes, T.K.
Universidade Estadual de Ponta Grossa
tainakessia12@gmail.com

Schimanski, E.
Universidade Estadual de Ponta Grossa
edinaschi@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a questão da insegurança alimentar e sua relação com gênero no ensino superior, sobretudo em relação às mães estudantes e as dificuldades enfrentadas por estas para permanência na universidade e conclusão dos estudos. Ressalta-se a interface da temática da insegurança alimentar com as condições materiais de existência das estudantes e com a vulnerabilidade social dentro do espaço acadêmico, destacando as políticas de assistência estudantil para que as mães que estudam tenham garantidas condições materiais, sociais e pedagógicas de permanência e como isso é concretizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Os dados deste estudo advém de pesquisa realizada pelo Núcleo Questão

Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas em 2023. Ainda utilizou-se dados quantitativos e qualitativos obtidos de fontes documentais e bibliográficas, sendo, portanto, possível identificar a carência de pesquisas sobre insegurança alimentar no ensino superior público e privado, menos ainda que destacam as intersecções de gênero, raça e classe e composição familiar, o que pode impactar na criação e desenvolvimento da Políticas de Assistência Estudantil e, principalmente, privar, com maior severidade, mães estudantes da conclusão do ensino superior, sobretudo as mais pobres.

Palavras-chave: Segurança alimentar; estudantes mães; assistência estudantil; permanência.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la cuestión de la inseguridad alimentaria y su relación con el género en la educación superior, especialmente en relación con las madres estudiantes y las dificultades que enfrentan para permanecer en la universidad y completar sus estudios. Se destaca la interfaz del tema de la inseguridad alimentaria con las condiciones materiales de existencia de las estudiantes y con la vulnerabilidad social dentro del ámbito académico, subrayando las políticas de asistencia estudiantil para que las madres que estudian tengan garantizadas condiciones materiales, sociales y pedagógicas de permanencia y cómo se concreta esto en la Universidad Estatal de Ponta Grossa (UEPG). Los datos de este estudio provienen de una investigación realizada por el Núcleo Cuestión Ambiental, Género y Condición de Pobreza del Programa de Posgrado en Ciencias Sociales Aplicadas en 2023. También se utilizaron datos cuantitativos y cualitativos obtenidos de fuentes documentales y bibliográficas, siendo, por lo tanto, posible identificar la escasez de investigaciones sobre inseguridad alimentaria en la educación superior pública y privada, y aún menos que destaquen las intersecciones de género, raza y clase y composición familiar, lo que puede impactar en la creación y desarrollo de las Políticas de Asistencia Estudiantil y, sobre todo, privar, con mayor severidad, a las madres estudiantes de la conclusión de la educación superior, especialmente a las más pobres.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; madres estudiantes; asistencia estudiantil; permanencia.

Abstract

This article aims at presenting the matter of food insecurity and its connection with gender in higher education, especially in relation to students who are young mothers and the difficulties that they face in keeping themselves in the university and finishing their graduation courses. The connection between food insecurity and the real conditions of students (young moms) and social vulnerability related to university is presented by the need of student social politics in order to keep these students in the university. The data from this study came from research

developed in UEPG (State University of Ponta Grossa) and it was carried out by the Study Group named Environmental Issues, Gender and Poverty Conditions in 2023. Quantitative and qualitative data obtained from bibliographic sources were collected too. It is important to mention that there is a lack of research about food insecurity in public and private higher education and its connection with gender, race and class and family composition issues, which can impact the proposition and development of Student Assistance Policies and, mainly, deprive, more severely, student mothers of finishing higher education, especially the poorest ones.

Key words: food security, student mothers, student policies, retention**.**

Introdução

A insegurança alimentar é um fenômeno complexo e intersetorial que afeta significativamente a vida de pessoas no mundo todo, mas, principalmente, de mulheres (FAO, 2022). Este problema não apenas compromete o acesso regular, em quantidade adequada e a alimentos nutritivos, mas também está intrinsecamente ligado a questões sociais, econômicas e de gênero. Além disso, a população universitária revela-se particularmente vulnerável à insegurança alimentar, principalmente após a Pandemia de Covid-19.

No contexto de mães estudantes universitárias, a insegurança alimentar assume uma dimensão singularmente desafiadora, exigindo a assunção das responsabilidades acadêmicas e do cuidado de suas famílias, muitas vezes em condições financeiras limitadas. A interseção entre gênero e insegurança alimentar se manifesta em desigualdades socioeconômicas, acesso desigual a recursos e sistemas de apoio inadequados e diferente disponibilidade de tempo, se mostrando fundamental a formulação de políticas de assistência estudantil específicas para atender ou minimizar essas diferentes demandas e garantir aspectos materiais, simbólicos e pedagógicos para a permanência dessas mães na universidade.

As condições de pobreza, entendidas como ausência de bens necessários para o bem-estar social de uma pessoa, família ou comunidade, afetam diretamente no processo de conclusão dos estudos. Nas últimas duas décadas observa-se que o acesso dos mais pobres à universidade cresceu, sem, no entanto, haver uma expansão das garantias sociais para que discentes permanecessem e concluíssem o ensino superior. O problema se torna maior quando relacionado à questão de gênero, mais especificamente às mulheres, sobretudo, às estudantes mães.

O presente estudo propõe levantar elementos sobre a insegurança alimentar na universidade, especialmente entre as mulheres universitárias e, ainda, examinar a política de assistência estudantil voltada para as mães estudantes no Brasil e na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Busca, ainda, contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre gênero, insegurança alimentar e educação superior, destacando a importância de políticas e ações que reconheçam e mitiguem as dificuldades enfrentadas por mães estudantes, promovendo assim um ambiente acadêmico mais equitativo em termos de justiça social e acessível para todas as camadas sociais.

A interseccionalidade da insegurança alimentar

Segundo Kepple e Segall-Corrêa (*apud* Silva et al., 2022), os determinantes da insegurança alimentar são múltiplos e intersetoriais e dividem-se em três níveis: macrossocioeconômico, regional ou local, e domiciliar. No nível macrossocioeconômico estão políticas nacionais e internacionais no âmbito social e econômico; no nível regional ou local estão fatores como emprego, preço dos alimentos, disponibilidade de serviços públicos, educação, saúde e questões

ISSN: 2718-8310

estruturais como o racismo e o patriarcado; no nível domiciliar estão as características individuais de marcadores sociais de raça, gênero, escolaridade e renda.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2022) indicam que em 2021 a insegurança alimentar atingiu 40% das pessoas da América Latina e Caribe. Além das dificuldades próprias do período da pandemia de Covid-19 na região, nesse dado subsistem disparidades específicas de gênero, sendo as mulheres latino americanas e caribenhas as mais prejudicadas, superando, inclusive, a média global. No mesmo ano, a América Latina e o Caribe ainda registraram o custo mais alto para uma dieta saudável e equilibrada, o que dificulta o acesso a alimentos nutricionalmente adequados e agrava as situações de insegurança alimentar (FAO, 2022: ix).

No Brasil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar de 2023 (PNAD 2023), os domicílios chefiados por mulheres, além de serem a maioria (51,7%) sofrem mais com a insegurança alimentar (59,4%). Dados de 2023 da Fundação Getúlio Vargas apontaram que entre 2012 e 2022 o número de domicílios com mães solo evoluiu 17,8%, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões.

Evidenciando a interseccionalidade da insegurança alimentar, isto é, a existência de vulnerabilidades específicas de diferentes mulheres em razão da sobreposição de opressões distintas, como o racismo e o machismo, uma pesquisa realizada em Salvador/BA apontou que em lares chefiados por mulheres negras há prevalência de insegurança alimentar (insegurança alimentar leve: 25,6% e insegurança alimentar moderada ou grave: 21,2%) em relação a lares chefiados por mulheres brancas (insegurança alimentar leve: 19,6% e insegurança alimentar moderada ou grave: 10,9%) (Silva et al., 2022).

Essa disparidade está relacionada à própria composição do núcleo familiar. Mulheres negras são maioria como chefes de núcleos familiares maiores, compostos por casal com filhos ou apenas elas e seus filhos, enquanto mulheres brancas são maioria em núcleos familiares menores, de casal sem filhos ou em que vivem sozinhas (Marcondes et al., 2013).

Essa realidade está relacionada aos estereótipos de gênero e às relações de poder no sistema patriarcal, racista e capitalista, que impõem a mulheres e meninas funções, muitas vezes não remuneradas, de cuidado e administração da alimentação - produzindo, preparando e distribuindo - ao seu núcleo familiar e comunidade, ao mesmo tempo em que obsta o acesso, em termos quantitativo e qualitativos, a alimentos e outros bens e serviços essenciais (Oliveira, 2020: 3).

Não apenas o aspecto material e econômico da alimentação é providenciado, mas não é remunerado, como também seu papel simbólico e cultural não é reconhecido:

> *“Segundo Fraser (2012), o trabalho alimentar feminino é simultaneamente material e simbólico porque promove uma sobrevivência material e econômica dos membros da família e comunidade, mas também da identidade, religião, linguagem e outros*

> *elementos socioculturais do grupo social. Para a autora, as mulheres não produzem simplesmente alimento enquanto recurso material, mas formas de alimentação repletas de significados sociais e simbólicos para o indivíduo e a coletividade que o consome. O trabalho alimentar exercido pela mulher ocorre através de relações políticas, sociais, econômicas, culturais e simbólicas, que determinam normas e regras que servem para formar, manter e modificar as dinâmicas dos sistemas alimentares, para a manutenção da sociedade e das identidades sociais das pessoas diretamente envolvidas e indiretamente afetadas por esse trabalho."*
>
> (Oliveira, 2020: 7)

A inserção feminina no ensino superior mostra outra camada da interseccionalidade da insegurança alimentar.

Metodologia

A presente pesquisa exploratória foi realizada por meio de dados quantitativos e qualitativos obtidos de fontes documentais e bibliográficas. Está vinculada ao Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG, utilizando dados da pesquisa realizada no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2023 sobre Insegurança alimentar e Vulnerabilidade Social dos Estudantes de Graduação (Raiher et al., 2023).

Os dados específicos sobre insegurança alimentar e sua interseccionalidade com gênero emergiu na referida pesquisa como algo notório e preocupante. Sendo assim, como se verá no próximo item os resultados mostram grau de insegurança grave entre as estudantes pesquisadas demonstrando a vulnerabilidade e risco social a que estas estudantes estão submetidas no cotidiano de suas vidas e no espaço universitário.

Vulnerabilidade no ensino superior

Estudos apontam que a população universitária em geral é particularmente vulnerável à insegurança alimentar.

Angotti e Zangirolani (2022) expõem que uma revisão de escopo da recente literatura indica um nível de insegurança alimentar de 41% entre acadêmicos das universidades estadunidenses. Os principais fatores são a limitação ou dependência financeira, o aumento do custo da educação, despesas com moradia, além de a insegurança alimentar estar associada à precariedade da saúde e ao baixo desempenho acadêmico.

Uma das maiores pesquisas entre estudantes de ensino superior nos Estados Unidos apontou quantitativamente que acadêmicos e acadêmicas de "primeira geração", isto é, cujos pais não possuem ensino superior, são mais vulneráveis à insegurança alimentar (52%) e habitacional (64%), em relação à estudantes cujos pais possuem ensino superior (48% e 56%, respectivamente). Também foi revelado que estudantes com filhos sofrem mais com insegurança alimentar (53%), em relação aqueles sem filhos (43%) (Hope Center for College, Community, and Justice, 2019).

No ensino superior canadense, em estudo realizado em 13 *campi* do país no ano de 2021, apontou-se que 56,8% dos estudantes participantes enfrentavam algum nível de insegurança alimentar, sendo de 54,7% entre as mulheres - que representaram 73,5% dos respondentes - e 62,2% entre homens. Os percentuais mais elevados de insegurança alimentar foram entre estudantes de gênero fluído (84%), não binários (69,9%), transgênero (74,7%) e *Two-Spirits*[1] (93,1%), apesar de somarem, conjuntamente, 4,5% dos respondentes (Meal Exchange, 2021: 12).

No Brasil a realidade universitária é semelhante, ressalvadas as peculiaridades e desigualdades políticas e socioeconômicas regionais. Uma pesquisa realizada com alunos e alunas da Universidade Federal de São Paulo revelou que 63,8% enfrentava algum grau de insegurança alimentar e o principal fator relacionado pela pesquisa foi a percepção de bolsa/auxílio - apenas 6,1% dos alunos que recebiam algum auxílio se encontravam na segurança alimentar; 27,3% estavam em insegurança alimentar grave (Angotti, Zangirolani, 2022).

Outra pesquisa realizada durante a Pandemia de Covid-19 com acadêmicos de uma universidade pública residentes na cidade de São Paulo indicou um nível de insegurança alimentar de 28,3%, associando esse número à distribuição espacial nas regiões da capital paulista e apontando uma prevalência entre os residentes de área mais afastadas do centro (Machado et al., 2023).

Retratando outra realidade brasileira, uma pesquisa em quatro *campi* de uma Universidade Federal do interior do Ceará e da Bahia indicou que 84,3% dos alunos e alunas enfrentavam algum nível de insegurança alimentar durante a Pandemia de Covid-19. A insegurança alimentar moderada ou grave foi maior entre estudantes homens (53,8%) do que entre mulheres (42,4%). O número de respondentes homens e mulheres foi bastante próximo. Os principais fatores de risco identificados foram a cor e a nacionalidade. A insegurança alimentar entre estudantes autodeclarados de cor preta foi 90% maior do que entre estudantes não pretos; entre estudantes estrangeiros foi 81% maior do que entre estudantes brasileiros (Martins et al., 2023).

Já entre estudantes universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi identificada uma porcentagem de insegurança alimentar de 50,8% da população entrevistada,

[1] "*"Two-Spirits" (traduzido literalmente «dois-espíritos» ou «espíritos-duplos») é um termo criado para se referir a uma pessoa que se identifica como tendo tanto um espírito masculino como feminino, sendo usada por alguns povos indígenas da América do Norte para descrever a sua identidade sexual, de género e/ou espiritual.*" (NOVA School of Law, s.f.)

sendo mais presente entre mulheres (53,9% nos três níveis de insegurança alimentar), entre os respondentes negros - pretos e pardos - e aqueles com renda familiar inferior a três salários mínimos (Silva, 2023).

Extrai-se que o número de pesquisas sobre a insegurança alimentar no ensino superior brasileiro ainda não é suficiente para demonstrar a fragilidade e as necessidades dessa população, principalmente com as especificidades regionais. A lacuna é ainda maior em relação à rede privada de ensino, na qual não pode ser ignorada a população acadêmica socialmente vulnerável.

Além disso, poucos estudos distinguem os respondentes por gênero, embora a vulnerabilidade do sexo feminino seja mundialmente preeminente. Isso pode ocultar um problema que é ainda mais grave se destacadas as intersecções de gênero, raça, classe, nacionalidade. Esse obscurecimento é denominado por Crenshaw (2002) como subinclusão, em que determinado problema é compreendido como uma manifestação de uma desigualdade principal, tornando invisíveis, ou menos relevantes, outras desigualdades.

Uma manifestação dessa subinclusão é em relação a interseccionalidade da insegurança alimentar com a inserção feminina no ensino superior, especialmente a de estudantes universitárias mães. Segundo Censo 2000, mais de 8,8% das mulheres no ensino superior na faixa etária entre 19 e 29 anos tinham filhos entre 0 e 4 anos (Urpia et al., 2011: 148).

Segundo Feijó (2023), quanto mais jovem a maternidade da mãe solo, menores são as chances de ela ter ensino superior. Assim, entre as mulheres que se tornaram mães com 15 anos ou menos, apenas 3% têm ensino superior completo; entre as que se tornaram mães com 30 anos, esse percentual sobe para 22%. Entretanto, mesmo quando conseguem acessar o ensino superior, há dificuldades para a conclusão. Em pesquisa realizada no Curso de Serviço Social da UEPG no ano de 2023 (Silva, 2023), uma grande dificuldade encontrada pelas mães solo para permanecer frequentando o curso era a falta de rede de apoio, somada a ausência de creche na universidade, bem como o não acesso das crianças ao restaurante universitário, sem contar as condições financeiras em si.

Evidencia-se, então, a importância da política de assistência estudantil.

Estudantes mães e a necessidade de políticas de permanência

A Assistência Estudantil está diretamente relacionada à permanência estudantil no ensino superior, sendo operacionalizada por meio de programas, projetos e ações que visam contribuir para que grupos com maiores vulnerabilidades sociais e acadêmicas possam dar continuidade e concluir com êxito a graduação. De acordo com Polo (2023, p. 83), a permanência trata de condições para que os estudantes continuem no ensino superior sem abandonar seus cursos, e seus direitos sejam respeitados. Isso inclui proporcionar uma formação que não se restrinja

apenas ao aspecto técnico, mas também social e cidadão, garantindo informação sobre seus direitos e deveres.

No Brasil, as ações nesse sentido passam a ter outro status a partir do Decreto Presidencial n. 7.234 de 19 de Julho de 2010, o qual estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil, amplamente conhecido como Decreto PNAES. Tal programa, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem a finalidade de ampliar as condições de permanência de jovens matriculados em regime presencial na educação superior pública federal. É importante destacar que, conforme texto do Decreto PNAES, a assistência estudantil deve considerar "*a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras*" (Decreto nº 7.234, 2010).

Em 03 de julho de 2024 foi sancionada a Lei 14.914, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/Lei PNAES), ampliando o público da assistência estudantil para a rede federal de ensino (Universidades e Institutos Federais). Diferentemente do Decreto PNAES que estabelecia 10 eixos/áreas de atuação para a assistência estudantil, permitindo às universidades o exercício da autonomia universitária para definição das ações, a Lei PNAES abrange 10 programas específicos e um benefício, descritos no art. 4° da referida Lei. São eles:

> *"I - Programa de Assistência Estudantil (PAE);*
>
> *II - Programa de Bolsa Permanência (PBP);*
>
> *III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);*
>
> *IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM);*
>
> *V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate);*
>
> *VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);*
>
> *VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe);*
>
> *VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);*
>
> *IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);*
>
> *X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);*
>
> *XI - Benefício Permanência na Educação Superior."*
>
> (Lei n. 14.914, 2024)

Mas é preciso lembrar que, ainda que o Decreto PNAES, e agora a Lei PNAES, sejam marcos que figuram como balizadores importantes das ações no âmbito federal de ensino, as ações de assistência para estudantes do ensino superior iniciaram bem antes da publicação desses instrumentos legais e não se limitam às universidades federais, sendo desenvolvidas também pelas universidades estaduais (por exemplo, na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG).

As ações de Assistência Estudantil na maioria das universidades estão materializadas no provimento de bolsas para estudos, alimentação e moradia. Porém, "*Esse caráter monetizado da assistência estudantil negligencia as reais necessidades de permanência do/a estudante no ensino superior*" (Polo, 2023: 95).

Sobre o assunto, há o entendimento de que a permanência estudantil está diretamente relacionada aos aspectos materiais (financeiros/econômicos), visto que a condição de pobreza pode ser um fator de vulnerabilidade, mas não se limita à eles. Há que se considerar, também, as condições de permanência simbólica e a necessidade de apoio acadêmico (Santos, 2009; Figueiredo, 2019; Heringer et al., 2024).

Além de dar conta das necessidades materiais objetivas (ou seja, das necessidades materiais "básicas") para continuar estudando e concluir o curso, como a alimentação, moradia, material didático, transporte, internet, acesso a equipamentos de aprendizagem, participação em eventos culturais e acadêmicos, entre outras questões que demandam aporte financeiro; os/as estudantes precisam também estarem integrados ao ensino superior, ou seja, sua vinculação à universidade deve acontecer de igual maneira no sentido simbólico, passando pelo processo de identificação, reconhecimento e pertencimento ao grupo, que pode estar relacionado à questão racial - ou, para além, a outros aspectos/interseccionalidades - como, por exemplo, o fato de serem estudantes mães (Santos, 2009; Figueiredo, 2019).

Permanecer simbolicamente na universidade perpassa a capacidade de "*participação nas diversas atividades acadêmicas e de lazer da turma, interação e sentimento de pertencimento ao grupo de estudantes*" (Figueiredo, 2019: 79). Ou, de maneira articulada e ampliada, a permanência no ensino superior está relacionada com a possibilidade do e da estudante concluir a graduação, "*preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permita a transformação individual e do seu meio social e, com vistas aos estudos na pós-graduação*" (Santos, 2009: 77).

Figueiredo (2019: 78) aponta, com base na tese de Santos (2009), que

> *"A forma com a qual esse estudante supre suas necessidades materiais, para permanecer na universidade, irá interferir na sua participação na vida acadêmica. Durante o curso, o estudante poderá contar com algum benefício institucional que apoie sua permanência (auxílio alimentação, permanência, moradia, transporte, dentre outros) e com isso ter a oportunidade de se manter apenas estudando e vivenciando de forma plena a universidade. Enquanto outros estudantes poderão*

> *permanecer no curso, porém com pouca participação na vida acadêmica devido à necessidade de ter que trabalhar para garantir o seu sustento e sua permanência na universidade.”*
>
> (Figueiredo, 2019: 78)

Quando se pensa, então, a permanência das estudantes mães na universidade, há que se considerar que além das necessidades materiais e simbólicas, "*elas têm outras necessidades sociais, relacionadas à vida familiar, que precisam ser atendidas para que consigam permanecer na universidade, por exemplo, o cuidado com os filhos*" (Figueiredo, 2019: 80).

Além disso, a parentalidade pode impactar a carreira acadêmica/científica de homens e mulheres de maneiras distintas, ao trazer consigo grandes e diferentes responsabilidades que podem penalizar mães, “*enquanto a paternidade não tem a mesma consequência na carreira profissional dos homens*” (Carpes et al., 2022: 2).
Isso ocorre porque

> *“no Brasil, as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e o cuidado de pessoas, dedicando o dobro de tempo semanal que os homens reservam para essas mesmas funções. Tal demanda de tempo reduz a disponibilidade das mulheres para outras tarefas, gera cansaço e estresse e, logo, prejudica sua saúde física e mental. Ademais, sabe-se que a jornada de trabalho acadêmico-científico, frequentemente, ultrapassa o tempo de trabalho regular, demandando horas extras para escrita e revisão de artigos, leituras e estudos, orientação de estudantes etc. - horas que, muitas vezes, não estão disponíveis na rotina das mulheres que conciliam esse trabalho com o cuidado da casa e dos filhos.”*
>
> (Carpes et al., 2022: 2)

Essas demandas de cuidado, a sobrecarga e o estresse também podem dificultar a permanência das estudantes mães nas universidades. Neste sentido, visando a permanência de tal grupo na graduação, almejando a redução da evasão e conclusão do curso, algumas ações de assistência estudantil específicas já vêm sendo desenvolvidas. De acordo com Figueiredo (2019), tais ações têm contemplado mais o âmbito da permanência material, com a disponibilização de auxílios financeiros (auxílio creche, auxílio infância ou outras denominações). Isso acontece muito em decorrência do fato de que o Decreto PNAES prevê, no rol de suas possíveis ações, a assistência à creche.

Sobre o assunto, a pesquisa “Do acesso à permanência estudantil: políticas de apoio material, acadêmico e simbólico no Brasil”, demonstra quais são as formas de apoio material oferecidas pelas universidades federais brasileiras, conforme informações disponíveis nos sites das instituições. No universo de 69 Universidades Federais, 60 delas apresentam alguma modalidade de auxílio financeiro destinado à creche e 6 delas disponibilizam vagas em creche para filhos(as) de estudantes (Heringer et al., 2024).

Mas, conforme autores já mencionados, são muitos e variados os desafios que se colocam à Assistência Estudantil de estudantes mães, pois além das vulnerabilidades socioeconômicas existem aspectos acadêmicos a serem considerados, culminando na necessidade de desenvolvimento de ações de cunho pedagógico; assim como os aspectos voltados para inclusão e permanência simbólica (pertencimento); ou mesmo de infraestrutura, para tornar o espaço universitário mais acolhedor para esse público, com a construção/disponibilização de fraldários, banheiros família, espaços para amamentação, brinquedotecas e outros espaços pensados para presença de crianças (Figueiredo, 2019; Figueiredo et al., 2022).

O movimento PiS - Parent in Science, que é um grupo de pesquisadoras(es) com o intuito de levantar a discussão sobre a parentalidade dentro do universo da academia e da ciência, em parceria com o Coletivo Mães na UFRGS, elaborou e divulgou pelo menos dois guias com sugestões de ações a serem implementadas pelas instituições de ensino, com a finalidade de apoiar as estudantes mães. Segundo o material educativo, é necessário que as universidades promovam equidade, oportunidades e conscientização sobre o assunto; disponibilizem recursos de infraestrutura e financeiros; garantam certa flexibilidade de normas e outras questões, além de reconhecerem o espaço acadêmico como um lugar possível, necessário, inclusivo e acolhedor para as mães estudantes e cientistas (Parent in Science, 2023).

Tais medidas vão ao encontro do que pesquisadores da área da assistência estudantil têm indicado como relevantes para permanência material, simbólica e pedagógica desse público nas universidades e apontam necessidades que estão muito além do repasse de valor de “auxílio creche”. Também por este motivo há uma expectativa sobre a implementação do "PROPEPE", que é o Programa de Permanência Parental na Educação, previsto pela Lei 14.914 de julho de 2024. Segundo o texto da lei, o programa

> *"destina-se a criar infraestruturas física e de acolhimento direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica"*.
>
> (Lei n. 14.914, 2024)

Dentre os objetivos do programa estão o acolhimento das famílias de estudantes com filhos menores de 6 (seis) anos de idade; o oferecimento de espaços físicos adequados para mães e pais com filhos nessa faixa etária; assim como a criação de espaços infantis e considerar a oferta de atividades lúdico-pedagógicas para filhos(as) de estudantes, incluídas no âmbito da extensão universitária (Lei 14.914, 2024).

Outro ponto relevante que aparece nas demandas elencadas pelo PiS nos materiais de divulgação é a demanda pela “garantia de acesso e alimentação de dependentes de estudantes nos restaurantes universitários”. Conforme prevê o Decreto PNAES, dentre suas áreas de abrangência está alimentação, a qual muitas vezes é ofertada por meio dos Restaurantes

Universitários (R.U.s). Sobre o assunto, estudos como o desenvolvido por Mussio (2015), demonstram a importância da alimentação enquanto impulsionadora da permanência dos estudantes, especialmente por meio dos R.U.s, mas também como instrumento de segurança alimentar e nutricional.

Por sua vez, a Lei PNAES transfigura o antigo eixo "alimentação" do Decreto PNAES em um programa específico, o "PASES" (Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior) que, dentre as mudanças percebidas está a articulação com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O PASES não prevê em seus objetivos nenhum específico para atendimento de estudantes mães, mas, certamente, poderá contribuir para permanência desse público na medida em que qualifica a proposta de garantia da alimentação saudável para os(as) estudantes universitários.

Como mencionado anteriormente, o Decreto e a Lei PNAES refletem a realidade federal, mas as Universidades Estaduais, também possuem ações e medidas para materialização da assistência estudantil. Conforme divulgado na imprensa e também por meio dos sites institucionais,

> *"as sete universidades estaduais do Paraná [...] possuem muitos programas, centenas de projetos, diversos órgãos voltados ao atendimento das populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica".*
>
> *(UEM, 2023)*

No próximo tópico deste trabalho focamos sobre a realidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Políticas de permanência na UEPG

Ao se tratar de Políticas de Permanência Estudantil no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa se faz necessário mencionar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) a qual era denominada, até 2018, como Coordenadoria de Assistência e Orientação ao Estudante (CAOE) - foi criada em 2002 e a partir do regimento 033, de 13 de dezembro de 2018 passa então a ser conhecida como PRAE. Referido regimento apresenta em seu artigo 1° a finalidade de tratar dos aspectos relativos à política de atendimento à comunidade discente (UEPG, 2018), que inclui a permanência estudantil.

Inicialmente, a Política de Permanência Estudantil foi regulamentada pela resolução 095, de 2017, criando o Cadastro Único de Assistência Estudantil – CADÚNICO UEPG, cujos critérios de inclusão são os mesmos da Cadastro Único do Governo Federal, como estabelecido no artigo 6°:

> *"Art. 6° Será de competência da CAOE a elaboração do Cadastro Único de Assistência Estudantil – CADÚNICO UEPG, o qual seguirá os mesmos critérios estabelecidos pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico (Decreto Federal no 6.135/2007) constituindo-se em um sistema de informações que identifica os estudantes da Instituição que pertençam a família de baixa renda e que estejam comprovadamente, em situação de vulnerabilidade social, colocando em risco a continuidade de seus estudos acadêmicos."*

(UEPG, 2017)

Percebendo a necessidade de reformulação no que se trata da avaliação e peculiaridades no trato desse instrumento de análise, em 2022 é lançada uma consulta pública sobre a proposta de reformulação da Política de Permanência, a qual lançava mão de perguntas abertas para acadêmicos(as), técnicos(as) e professores(as), com propostas, sugestões e comentários.

Em 2023 é implementada a nova Política de Permanência Estudantil, apresentando em seu artigo 1º a finalidade institucional de reduzir desigualdades sociais e educacionais para assegurar o acesso, a permanência e êxito acadêmico dos alunos e das alunas (UEPG, 2023).

A principal mudança de uma Política para outra recai em seu instrumento de avaliação, que passa a contar com o Índice de Vulnerabilidade Estudantil (IVSE - completo e simplificado), substituindo o anterior CadÚnico UEPG.

O IVSE segue o critério geral de renda familiar per capita mensal de um salário mínimo e meio nacional para inclusão na Política de Assistência Estudantil da UEPG, cabendo à PRAE a elaboração do mesmo. Isso se dá através da elaboração de um critério de pontuação:

> *"composição de um score individual para fins de sua admissão no público da Política de Assistência Estudantil, bem como para efeitos de sua classificação junto aos benefícios e serviços que pleitear, conforme previsões específicas presentes nos regulamentos e nos editais publicados pela PRAE"*

(UEPG, 2023)

Para que o estudante possa acessar qualquer serviço ou benefício da política 2023.110 é necessário que obtenha cadastro no IVSE-UEPG e o atualize toda vez que sua situação financeira seja alterada.

O IVSE-UEPG pontua questões voltadas ao público de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista que esse público vem crescendo e ocupando esses espaços. São consideradas a composição familiar (monoparental com filhos ou famílias

com crianças e/ou adolescentes até 12 anos, dependendo do número de pessoas) e a situação atual de moradia da(o) estudante residente com cônjuge e filho(s) ou apenas com filhos(s).

A influência da maternidade na insegurança alimentar das alunas da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi registrada na pesquisa realizada em 2023 sobre Insegurança alimentar e Vulnerabilidade Social dos Estudantes de Graduação.

Entre mulheres estudantes sem filhos, a insegurança alimentar é de 37%; já entre as estudantes que possuem filhos, os dados se acentuam para um total de 56% que estão em insegurança alimentar. O mesmo não ocorre entre os estudantes pais, em que a diferença entre estudante sem filhos e com filhos em insegurança alimentar é de 1% (Raiher et al., 2023) - Tabela 1. Os números relativos às alunas superam a insegurança alimentar geral da graduação, que atinge 35% (Raiher et al., 2023), demonstrando a vulnerabilidade específica das universitárias e, notadamente, das universitárias mães, reforçando a importância de ações específicas dentro da Política de Assistência Estudantil.

Sexo	Presença de Filho(s)	Insegurança Alimentar	Segurança Alimentar
Feminino	Total	39%	61%
	Sem filho(s)	37%	63%
	Com filho(s)	**56%**	44%
Masculino	Total	29%	71%
	Sem filho(s)	29%	71%
	Com filho(s)	30%	70%

Tabela 1: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG - por gênero e presença de filho(s) - agosto 2023

Variáveis	Alunos selecionados	Não Pobre	Pobre	Total
Total		82%	18%	100%
Cotas	Não cotista	85%	15%	100%
	Cotista	79%	21%	100%
Licenciatura/Bacharelado	Licenciatura	84%	16%	100%
	Bacharelado	77%	23%	100%

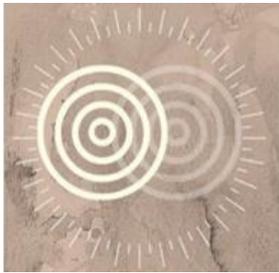
Turno	Integral	80%	20%	100%
	Matutino	85%	15%	100%
	Noturno	84%	16%	100%
	Vespertino	83%	17%	100%
Sexo, morando com e sem filho	Mulher sem filhos	82%	18%	100%
	Mulher com filhos	76%	24%	100%
	Homem sem filhos	84%	16%	100%
	Homem com filhos	85%	15%	100%
Cor	Não branca	79%	21%	100%
	Branca	83%	17%	100%
	Não declarada	86%	14%	100%

Tabela 2: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG - condição de pobreza - agosto 2023

Conforme se vê na Tabela 2 acima, a presença de filhos tem maior impacto entre as estudantes mulheres do que entre os estudantes homens relativamente à condição de pobreza. Enquanto a maternidade aumenta 6 pontos percentuais a relação de alunas em condição de pobreza, a paternidade aumenta apenas 1 ponto percentual. A semelhança desses dados com a influência da presença de filhos na insegurança alimentar corrobora a correlação entre esses dados e a multiplicidade de fatores da insegurança alimentar.

Considerações finais

Como verificado nesta pesquisa, a insegurança alimentar, que está ligada ao acesso em quantidade e qualidade nutricionalmente adequada a uma alimentação saudável, atinge principalmente mulheres no mundo todo, muito embora, em geral e em razão de estereótipos de gênero, elas sejam as maiores responsáveis pelo trabalho alimentar no seu aspecto material e simbólico.

Além disso, sabe-se que a população do ensino superior é particularmente vulnerável à insegurança alimentar, o que ocorre por uma maior acessibilidade, em termos de justiça social, ao ensino superior, mas desacompanhada de adequado suporte material, simbólico e pedagógico para a permanência e conclusão dos estudos, somada à limitação financeira, ao custo da educação, despesas com moradia, entre outras.

Porém, verificou-se que o número de estudos quantitativos sobre a insegurança alimentar da população acadêmica brasileira da rede de ensino superior pública e privada ainda é reduzido e poucas pesquisas distinguem respondentes por gênero, o que pode ocultar um problema que é ainda mais grave se destacadas as intersecções de gênero, raça e classe, como apontam os indicativos mundiais de insegurança alimentar e as pesquisas com universitários e universitários de outros países, principalmente dos Estado Unidos, onde há farta literatura sobre o tema.

Dentro disso, são ainda mais invisibilizadas as realidades das mães universitárias. Na UEPG, a presença de filhos se revelou um fator de risco à insegurança alimentar entre as mulheres estudantes, o que não se verifica entre os homens, em consonância com dados nacionais sobre a segurança alimentar das mulheres brasileiras. Ainda, a presença de filhos impacta de maneira desigual e prejudicial às mulheres no que tange a condição de pobreza.

A importância desses dados se relaciona à presença crescente de mulheres com filhos no ensino superior, o que corrobora com a imprescindibilidade da concretização e ampliação de políticas de assistência estudantil, especialmente voltadas às estudantes mães, que já possuem previsão normativa no Brasil, à exemplo do recém instituído PROPEPE.

Considerando a realidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, muito embora não existam políticas específicas de permanência para estudantes mães, é positivo o fato de que é prevista no seu Índice de Vulnerabilidade Estudantil (IVSE-UEPG) pontuação específica para famílias com filhos(as), pois assegura que tal população terá *score* diferenciado e, consequentemente, possibilita acesso às ações de Assistência Estudantil da universidade em questão.

Contudo, conforme aponta a revisão de literatura, é necessário que as universidades implementem ações de permanência específicas para estudantes mães e além da permanência material, considerando também os aspectos simbólicos e pedagógicos da assistência/permanência estudantil.

Relativamente à UEPG, especialmente no tocante à vulnerabilidade das estudantes mães em relação à insegurança alimentar, é essencial que além da pontuação específica em IVSE, haja a implementação de políticas, programas e ações específicas para este público, visando a redução da sua insegurança alimentar e, especialmente, almejando a ampliação do acesso e a melhoria da condição de permanência de mulheres no ensino superior.

Referências

Angotti, A., Zangirolani, L. (2022). Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in southeastern Brazil. *Revista de Nutrição.* Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/5bsmmWQs9T4nQ5FLWKtZnmc/?lang=en#

Carpes, P., Staniscuaski, F., Oliveira, L., Soletti, R. (2022). Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?lang=pt#

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 171-188 pp.

Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

Feijó, J. (2023). *Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhões em 10 anos*. FGV. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos

Figueiredo, R. (2019). *A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alfenas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Unifal. Disponível em: https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1413

Figueiredo, R., Oliveira, A. (2022). Condições de permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG. *XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022*. Disponível em: https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/ad554d8c3b06d6b97ee76a2448bd7913.pdf

Food and Agriculture Organization. (2022). *Regional overview of food security and nutrition – latin america and the caribbean 2022: towards improving affordability of healthy diets*. Santiago. Disponível em: https://www.fao.org/3/cc3859en/cc3859en.pdf

Heringer, R., Dias, C., Toti, M., Prado, R. (2024). *Do acesso a permanência estudantil: políticas de apoio material, acadêmico e simbólico no Brasil*. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/items/c1339759-2e33-42f0-bb3e-476e49ab0f36

Hope Center for College, Community, and Justice. (2023). *College and University Basic Needs Insecurity: A National #RealCollege Survey Report*. Disponível em: https://www.insidehighered.com/sites/default/files/media/HOPE_realcollege_National_report_EMBARGOED%20UNTIL%20APRIL%2030%203%20AM%20EST%20(1).pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua 2023: Segurança alimentar - domicílios, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e sexo do responsável*. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9553

Lei nº 14.914, de 20 de setembro de 2024. (2024). Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm.

Machado, A., Villar, B., Marchioni, D. (2023). P160/S3-P33 Prevalência e distribuição espacial da insegurança alimentar em estudantes de uma universidade pública brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Archivos Latinoamericanos de Nutrición*. Disponível em: https://www.alanrevista.org/ediciones/2023/suplemento-1/art-261/

Marcondes, M., Pinheiro, L., Queiroz, C., Querino, A., Valverde, D. (Organizadores). (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%c3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%c3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil

Martins, N., Pinto, N., Domeneguetti, J., Frota, M., Martins, M., Rolim, K. (2023). Situação de (in)segurança alimentar de estudantes universitários da rede pública durante a pandemia da COVID-19. *Conexões - Ciência e Tecnologia,* 1-10 pp. Disponível em: https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/2525/1633

Oliveira, M. (2020). Desigualdades de gênero e (in)segurança alimentar e nutricional: olhares a partir do conceito de justiça de gênero de Nancy Fraser. *Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/47218

Parent in Science. (2023, março). *Como instituições podem apoiar as mães na ciência*. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_06b90b8b2e374dd09f98e6b06e28c384.pdf

Parent in Science. (2023, julho). *Manual para mães na graduação e pós-graduação*. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_2f94f1d6ab4a47eba94560d0837622fa.pdf

Parent in Science. (s. f.). *Como instituições podem apoiar as mães na ciência*. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_12c9844be3614fad90e35c65f7aa7e4f.pdf

Polo, D. (2023). *Desvendando a assistência estudantil: as diferenças entre o auxílio estudantil e os serviços de permanência estudantil* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Unioeste. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/6912

Raiher, A., Schimanski, E., Silva, L., Preuss, L., Billerbeck, L., Medeiros, M. (Coordenadoras). (2023). *Relatório de pesquisa: Insegurança alimentar e vulnerabilidade social dos estudantes de graduação da universidade estadual de ponta grossa*. UEPG. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1FVMUy-tgwE4qmk-oMHNLk1ALY2JVrzkG/view

Santos, D. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia]. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/944.pdf

Silva, A. (2023). *Maternidade e a vida acadêmica: Limites e desafios na continuidade dos estudos universitários.* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Ponta Grossa]

Silvia, R. (2023). *Insegurança alimentar em estudantes de graduação durante a pandemia de Covid19*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/52226/4/Inseguran%C3%A7a%20alimentar_Silva_2023.pdf

Silva, S., Santos, S., Gama, C., Coutinho, G., Santos, M., Silva, N. (2022). A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNQz5GH9NmxjZpFm3zC3r/?lang=pt#

Urpia, A., Sampaio, S. (2011). *Mães e universitárias: transitando para a vida adulta*. https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf

Universidade Estadual de Maringá. (2023). *Reitor entrega à Apiesp minuta para lei de assistência e permanência estudantil*. UEM. Disponível em: https://noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27812:reitor-entrega-a-apiesp-minuta-para-lei-de-assistencia-e-permanencia-estudantil-2&catid=986&Itemid=211

Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2002). *Resolução nº 44, de 22 de outubro de 2002.* Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Disponível em: https://www2.uepg.br/segecon/wp-content/uploads/sites/245/2022/05/Estatuto-e-Regimento-2022-internet.pdf

Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2017). *Resolução CA nº 95, de 23 de março de 2017.* Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Disponível em: https://sites.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/2014/03/Res.-CA-095-2017-Pol%C3%ADtica-Assist%C3%AAncia-Estudantil.pdf

Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2018). *Resolução Univ. n° 033, de 13 de Dezembro de 2018.* Aprova Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, da UEPG. Ponta Grossa. Disponível em: https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/1332018-12-1324.pdf

Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2022). *Relatório da consulta pública sobre a política de assistência estudantil da UEPG*. Ponta Grossa. Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2022/11/5.-RELATORIO-DA-

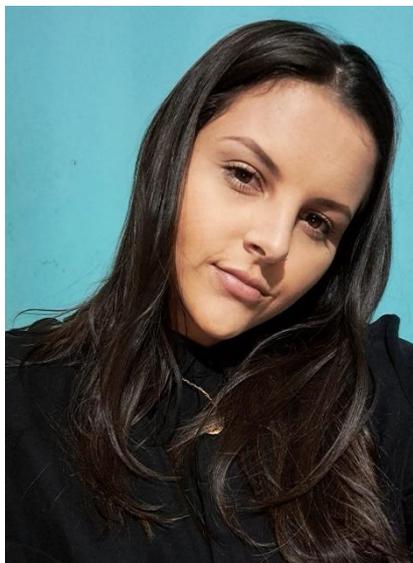
CONSULTA-PUBLICA-SOBRE-A-POLITICA-DE-ASSISTENCIA-ESTUDANTIL-DA-UEPG.pdf

Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2023). *Resolução CA n° 2023.110, de 08 de maio de 2023*. Aprova as normas relativas à Política de Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2023/05/Resolucao-CA-110.pdf

Natália Bernardini Voss
Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2023. Aluna do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG.

Franciele Koehler Alves
Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-2009) e em Psicologia pela Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA-2013). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-2016). Aluna do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza da UEPG. Desde 2016 atua como Assistente Social no Núcleo

ISSN: 2718-8310

de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Tainara Kessia Mainardes
Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018-2022). Cursa Especialização em Gestão Pública pela mesma Instituição de Ensino. Aluna do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Atua como Assistente Social Residente Técnica na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE-UEPG), Campus Uvaranas (2022-2024).

Edina Schimanski
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva. Coordenadora do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UEPG.